

ANÁLISE DOS MOVIMENTOS PENDULARES NOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA: uma abordagem regional

Marley Vanice Deschamps*

RESUMO

Este artigo faz uma análise do movimento pendular em Santa Catarina por meio da composição dos fluxos intraestaduais de origem e destino em 1980 e 2000, com foco na questão regional. O movimento pendular representa uma dinâmica funcional que resulta da organização do território e da não coincidência entre o local de residência e os locais de trabalho e/ou estudo. As informações foram retiradas dos censos demográficos do IBGE, realizados naqueles anos, e organizadas sob a forma de matriz origem/destino entre os municípios do Estado de Santa Catarina. A espacialização das informações tais como as proporções de saídas e de entradas ilustrou situações de centralidades, pontuando os principais destinos dos fluxos, e até de dependência, demarcando o entorno de centros com municípios onde predominam apenas fluxos de origem. Os dados permitiram conhecer detalhadamente os fluxos intermunicipais, oferecendo importantes informações que poderão apontar padrões no comportamento dos deslocamentos intrarregionais, especialmente nos aglomerados urbanos, os quais reforçam a identificação dos níveis de integração à dinâmica regional.

Palavras-chave: Movimento pendular. Regiões Metropolitanas. Dinâmica regional.

ABSTRACT

This article shows an analysis of commutings inside the Santa Catarina State, using the origin and destiny inter-state flow composition in 1980 and 2000, with focus on the regional context. The commutings represent a functional dynamic which results from the territory organization and from a non-coincidence between the residential and the work and/or study places. The base data has been taken from the IBGE's demographic census, and organized as a origin/destiny matrix between municipalities in the studied region. The information mapping, such as the entrance and exit proportions, show central municipalities, thus identifying the main flow destinies, the dependencies, and that the surrounding counties have mostly origin flows. The data show the inter-municipality flows in detail, thus offering important information which point standards in the intra-regional mobility, especially in the urban areas, which enforce the identification of the regional dynamic integration levels.

Key words: Commutings. Metropolitan Area. Regional dynamics.

*Pesquisadora do IPARDES e professora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNC (Universidade do Contestado), Santa Catarina. E-mail: mvdeschamps@hotmail.com

Agradeço aos professores da UNC, Maria da Salette Sachweh e Marcos Benedito Schimalski, e aos pesquisadores do IPARDES Rosa Moura e Anael Cintra, pela valiosa colaboração na leitura deste artigo e na discussão e elaboração da base de dados e cartográfica.

Artigo recebido para publicação em agosto/2011. Aceito para publicação em setembro/2011.

INTRODUÇÃO

Este artigo traz uma análise dos deslocamentos de pessoas para trabalho e/ou estudo em município que não o de residência (movimento pendular) em municípios de Santa Catarina, por meio da composição dos fluxos intraestaduais de origem e destino, correspondentes a 1980 e 2000. No caso de 2000, aprofunda a análise com relação à abrangência dos fluxos (análise dos vetores), com foco na questão regional.

Tais deslocamentos são motivados pela dissociação entre local de moradia e local de trabalho/estudo, dada a concentração de oportunidades de trabalho/estudo, em geral, em município (ou conjunto deles) de maior porte, e à própria distribuição de funções, também concentradas, internamente à aglomeração ou mesmo dentro de uma determinada região. Portanto, o movimento pendular representa uma dinâmica funcional que resulta da organização do território e da não coincidência entre o local de residência e os locais de trabalho e/ou estudo.

As informações utilizadas foram retiradas dos censos demográficos de 1980 e de 2000, realizados pelo IBGE, os quais, pela sua abrangência e comparabilidade no espaço e no tempo, revelam-se uma fonte privilegiada para a análise do fenômeno dos movimentos pendulares, da organização do território que está na sua gênese e, de uma forma mais genérica, para a sustentação do debate das problemáticas associadas: gestão de redes e sistemas de transportes, infraestruturas urbanas, ordenamento do território, prevenção de impactos ambientais e sociais.

Para esta análise, foi organizada uma matriz origem/destino, entre os municípios do Estado de Santa Catarina, de pessoas que se deslocam para trabalho e/ou estudo em município que não o de residência. Foram também realizadas algumas correlações entre fluxos de origem e de destino, utilizando as proporções relativas ao total de fluxos e identificando municípios onde são maiores as proporções de saídas, de entradas, ou se são equivalentes. Outra correlação, esta espacial, foi realizada entre o tamanho desses fluxos e a localização de seus vetores. As principais informações, brutas, relativas e correlacionadas, foram representadas em mapas, permitindo uma clara visualização dos movimentos.

A espacialização das informações também tornou evidentes situações de centralidades, pontuando os principais destinos dos fluxos e situações de possível dependência, demarcando o entorno de centros com municípios onde predominam apenas fluxos de origem. Os dados permitiram conhecer detalhadamente os fluxos intermunicipais, chegando a resultados que poderão apontar padrões no comportamento dos deslocamentos intrarregionais, especialmente nos aglomerados urbanos, os quais reforçam a identificação dos níveis de integração à dinâmica regional.

1 METROPOLIZAÇÃO E CRIAÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS

O Brasil tem vivido, nas últimas décadas, um processo de urbanização constante e acelerado, o qual pode ser evidenciado pela evolução da proporção de população vivendo em áreas urbanas, que, em 1970, era de aproximadamente 56% e

ultrapassou 80% em 2000. Esse processo é também extremamente concentrado no território, o que causou profundas transformações no quadro urbano e metropolitano. Segundo o Observatório das Metrópoles (2005), os maiores espaços urbanos¹ brasileiros são polarizados por capitais de estados, e, no entanto, a natureza metropolitana dessas aglomerações está associada não só a níveis elevados de concentração de população, mas também de atividades, particularmente as de maior complexidade, e ao exercício de centralidade que transcende a região.²

O governo federal, a partir de meados do século passado, também começou a se preocupar com a questão do desenvolvimento urbano relacionada especialmente à expansão da produção industrial e, como parte da política nacional voltada a estas questões, foram instituídas em 1973/74, por legislação federal³, nove Regiões Metropolitanas (RMs) no Brasil. Quinze anos depois, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 25, parágrafo 3º, atribuiu aos estados federados a competência de institucionalização de suas unidades regionais, admitindo, além das regiões metropolitanas, outras categorias de organização regional, como as aglomerações urbanas e as microrregiões. No caso de aglomerações que envolvessem municípios de mais de uma unidade federativa, a Constituição Federal⁴ previu a institucionalização das Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs), sendo sua institucionalização de competência da União. As unidades criadas deveriam integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, a exemplo do que foi determinado quando da criação das primeiras RMs, possibilitando a inserção das mesmas em processos estaduais de planejamento regional.

Após 1988 foram criadas mais 20 regiões metropolitanas, incluindo aqui, dada sua importância, a RIDE de Brasília, abrangendo áreas que se formaram ou se consolidaram como espaços de crescimento e ocupação contínuos nas últimas décadas. No entanto, segundo estudo do Observatório das Metrópoles (2005), destas novas RMs criadas somente cinco podem ser inseridas na categoria “metropolitana”. São elas: Brasília, Campinas, Vitória, Goiânia e Florianópolis.⁵

¹ Entendido como conjuntos representativos da concentração espacial do fenômeno urbano, definidos pela continuidade e extensão do espaço construído (CASTELLO BRANCO, 2003).

² A noção de centralidade, além de uma posição física relativa, é considerada como a expressão do exercício de um papel de comando na rede de cidades.

³ Conforme Lei Complementar Federal 14/73 e 20/74.

⁴ Conforme artigos 21, inciso IX, 43 e 48, inciso IV.

⁵ “A identificação das unidades efetivamente metropolitanas considerou a noção de centralidade como, além de uma posição física relativa, a expressão do exercício de um papel de comando na rede de cidades. Seu dimensionamento foi realizado com base em indicadores do grau de importância de cada unidade considerada, e não apenas do pólo (cidade central da aglomeração), no conjunto dos espaços em análise. Dimensionamento que buscou aferir: complexidade e diversidade de funções e sua incidência espacial; o tamanho populacional e econômico; o mercado de trabalho diversificado; a concentração de perícia, conhecimento e serviços avançados; a oferta de bens e serviços mais raros e avançados; o exercício da gestão pública, expresso na função de capital de estado – condições que qualificam as principais aglomerações urbanas de um país.” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2005).

É nessas grandes aglomerações urbanas, particularmente nas regiões metropolitanas, que são observados os maiores volumes de pessoas que se deslocam para outro município, que não o de residência, por motivo de trabalho e/ou estudo. A alta mobilidade nesses espaços é motivada pela dissociação entre local de moradia e local de trabalho/estudo, dada a concentração de oportunidades de trabalho/estudo, em geral, nos polos dessas aglomerações e em alguns municípios do seu entorno.

O território catarinense apresenta determinadas características, dentro da rede de cidades, que lhe conferem uma condição particular. Possui uma rede de cidades mais equilibrada, que se espalha por boa parte do Estado. Essa rede mais distribuída pode ter motivado a institucionalização de seis unidades regionais no Estado. Santa Catarina foi o estado que mais instituiu unidades denominadas regiões metropolitanas no período após 1988, porém estudos destacam apenas Florianópolis como espaço com dinâmica de natureza metropolitana (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2005).

Este elevado número de unidades metropolitanas dentro de uma única Unidade da Federação (UF) instigou o presente estudo, que busca, por meio da análise dos fluxos de movimento pendular, identificar qual a efetiva importância desses espaços no que se refere à identificação de oportunidades de trabalho, bem como conhecer que modelo de organização territorial prevalece no Estado, buscando identificar interdependências e assimetrias espaciais associadas aos movimentos casa/trabalho. Para esta análise, além dos dados mais gerais, foi organizada uma matriz origem/destino, entre os municípios do Estado de Santa Catarina, de pessoas que se deslocam exclusivamente para trabalho fora do município de residência.

2 A DINÂMICA POPULACIONAL RECENTE E A DISTRIBUIÇÃO DO MOVIMENTO PENDULAR NA REGIÃO SUL DO BRASIL

As diferentes dinâmicas de crescimento e distribuição da população no território, observadas nos três estados da Região Sul, servirão de base para a leitura do movimento pendular no Estado de Santa Catarina.

A Região Sul contava, em 2007, com 26,7 milhões de habitantes ou 14,52% da população brasileira. A taxa de crescimento da população total da região desde os anos 1990 se manteve abaixo da média observada no País como um todo. Entre 1991 e 2000 a taxa média de crescimento anual do Brasil foi de 1,63%, enquanto a da Região Sul foi de 1,41%; entre os anos de 2000 e 2007 a taxa anual do País foi de 1,21%, e a da Região Sul foi de somente 0,94% (tabela 1).

Esses dados sugerem duas situações para a Região Sul: a taxa de fecundidade total da região deve estar abaixo da média nacional; e o saldo migratório regional, nos dois períodos, deve ter sido negativo, isto é, saíram mais pessoas da região do que entraram. Essas duas situações implicaram uma perda sistemática de participação da população da Região Sul no total do País, a qual era de 15,07% em 1991, passando para 14,52% em 2007.

TABELA 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE, TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO TOTAL E PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS NO TOTAL DOS RESPECTIVOS ESTADOS - 1991/2000/2007

ESTADO	POPULAÇÃO RESIDENTE			TAXA DE CRESCIMENTO		(% RM/ESTADO)		
	1991	2000	2007	1991/2000	2000/2007	1991	2000	2007
Paraná	8.448.713	9.563.458	10.284.503	1,39	1,10			
RM Curitiba	2.101.684	2.768.394	3.172.357	3,11	2,06	24,88	28,95	30,85
Santa Catarina	4.541.994	5.356.360	5.866.487	1,85	1,37			
RM Florianópolis	629.689	816.315	940.479	2,93	2,15	13,86	15,24	16,03
Rio Grande do Sul	9.138.670	10.187.798	10.572.285	1,21	0,56			
RM Porto Alegre	3.196.478	3.718.778	3.959.810	1,70	0,95	34,98	36,50	37,45
Região Sul	22.129.377	25.107.616	26.723.275	1,41	0,94	15,07	14,79	14,52
Brasil	146.825.475	169.799.170	183.989.711	1,63	1,21			

FONTES: IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000; IBGE - Contagem Populacional, 2007

Também ocorreu, na região, perda na participação do incremento da população total do País, ou seja, a região aportou com 12,96% do incremento total ocorrido entre 1991 e 2000 e com 11,39% do verificado entre 2000 e 2007. O Rio Grande do Sul foi o estado que mais contribuiu neste processo de queda, com taxas de crescimento populacional muito baixas, indicando fortes perdas de população, em especial no último período. Na sequência vem o Paraná, também apresentando taxas de crescimento populacional abaixo da média nacional.

Santa Catarina, no entanto, apresentou dinâmica oposta a esses dois estados. Ainda que se observe uma queda no ritmo de crescimento da população, entre um período e outro, sua taxa se mantém acima da média nacional, sinalizando uma condição de estado receptor em termos populacionais. Além desse aspecto, o que também diferencia Santa Catarina em termos de dinâmica populacional dos outros dois estados do Sul é a ocorrência de certa dispersão populacional em vários pontos do Estado. Das três regiões metropolitanas – com natureza metropolitana confirmada no estudo do Observatório das Metrôpoles (2005) – das UFs sulinas, a de Florianópolis concentra apenas 16,03% da população estadual, enquanto a RM de Curitiba concentra 30,85% e a de Porto Alegre 37,45%.

O fato de ocorrer perda populacional nos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, nos dois períodos analisados, ainda remete aos efeitos das mudanças na base produtiva agrícola desses estados, verificadas em tempos diferenciados, que produziram enormes rebatimentos em suas estruturas fundiárias, caracterizadas fundamentalmente por grandes propriedades rurais, e nas relações de trabalho que aí predominavam. Década após década, volumosos fluxos migratórios oriundos de suas áreas rurais se transferiram para o meio urbano do próprio estado ou deixaram as fronteiras estaduais.

Em Santa Catarina, o processo de modernização das atividades agrícolas teve rebatimentos sociais menos perversos, uma vez que, historicamente, suas terras foram ocupadas de forma predominante por pequenas propriedades, essencialmente

de cunho familiar, de tal sorte que as mudanças introduzidas na agricultura do Estado se refletiram com menor peso no êxodo rural.

Vale a pena destacar, entretanto, que em cada uma dessas unidades federativas em foco as migrações provocaram uma urbanização acelerada mas, fundamentalmente, configuraram espaços de intensa aglomeração populacional, instituídos legalmente como regiões metropolitanas.

A concentração nesses espaços não se concretiza apenas do ponto de vista populacional. Quando se analisa a distribuição do Produto Interno Bruto (PIB) internamente aos três estados, verifica-se a mesma concentração, particularmente nos polos. Segundo Moura e Santos (2007), embora se constatem sinais de decréscimo dessa concentração no período 2000-2003, é ainda muito elevada a presença de municípios das RMs entre os mais concentradores.

Em 2000, a RMC concentrava 37,2% do PIB paranaense, passando para 33,3% em 2003. Destes, 15,6 pontos percentuais correspondiam a Curitiba, seguida de Araucária e São José dos Pinhais (6,3 e 5 pontos percentuais, respectivamente) com as maiores participações, ambos da RMC. A perda manifestada no intervalo 2000-2003 se dá em Curitiba, enquanto os demais municípios se mantêm no mesmo patamar de participação, como reflexo da expansão da atividade industrial pelo entorno imediato ao polo metropolitano.

A RMPA concentrava 39,4% em 2003, com 11,4 pontos percentuais em Porto Alegre, demonstrando, comparativamente a Curitiba, maior distribuição da geração de riquezas entre os demais municípios metropolitanos, particularmente Canoas e Triunfo, que respondiam, em 2003, pela segunda e quarta maiores participações no Rio Grande do Sul (5,9% e 4%, respectivamente), além de outros municípios da região com participações superiores a 2%. Essa região também sofreu decréscimo na participação, em relação a 2000, quando detinha 43,8% do PIB do Estado; mas, diferentemente da RMC, tanto Porto Alegre quanto os demais municípios sofreram decréscimo na participação relativa.

Diferentemente, Santa Catarina tem a maior concentração do PIB na RM Norte/Nordeste Catarinense (22,4%), fortemente concentrado em Joinville (12,6 pontos percentuais). As RMs do Vale do Itajaí e de Florianópolis têm participações muito próximas (12,0% e 11,9%, respectivamente).⁶ Diferentemente do comportamento observado nas RMs de Curitiba e Porto Alegre, Joinville e sua RM não sofrem queda de participação no PIB total do Estado no período, pelo contrário, demonstram crescimento.

O mesmo estudo de Moura e Santos (2007) destaca que os municípios que mais respondem pela geração de riqueza localizam-se em proximidade física, e faz

⁶ Na análise para identificação e classificação das RMs brasileiras, Florianópolis e Joinville situaram-se em posições sucessivas: 15^a e 16^a, num universo de 37 espaços considerados. A análise por somatória apontou 19 pontos para a primeira e 20 para a segunda; o escore da análise fatorial foi de -0,261 e -0,262, respectivamente; e os índices da análise fatorial foram idênticos para ambas, 0,032. O diferencial que elevou a posição de Florianópolis em relação a Joinville foi a função político-administrativa.

referência à configuração de espacialidades aglomeradas mais complexas. No Rio Grande do Sul, aponta a que congrega a aglomeração metropolitana de Porto Alegre à aglomeração urbana de Caxias do Sul, assim como aglomerações de menor porte, como as de Santa Cruz do Sul, Lajeado e Montenegro. No Paraná, a que engloba Ponta Grossa e Paranaguá, na proximidade da RMC, assim como a de Londrina e Maringá, no norte paranaense, e de Cascavel e Foz do Iguaçu, apontados como componentes de eixo no oeste do Estado. Em Santa Catarina, em vários momentos o estudo refere-se ao eixo densamente urbanizado e concentrador ao longo da porção leste do Estado.

O estudo ressalta, ainda, a presença da indústria como fator determinante das diferenças no processo de urbanização dos estados sulinos. Enquanto a indústria concentrada foi o impulsionador da metropolização gaúcha, já nos anos 1960, e da paranaense, nos anos 1970, em Santa Catarina, a industrialização deu-se distribuída em complexos distintos no território, associada à presença de alguns serviços, também distribuídos, tendo induzido uma rede urbana mais equilibrada e menos concentrada no território, assim como o patamar mais elevado de urbanização já em meados do século 20. As atividades industriais e de comércio e serviços na virada do século reforçaram essa mesma distribuição nos três estados. A dinâmica decorrente desses processos tem impactos diferenciados nos movimentos pendulares nos estados sulinos, isto porque há uma diferenciação em termos de concentração espacial deste movimento.

Em 2000, no Rio Grande do Sul, do total de pessoas que trabalham e/ou estudam em outro município ou país, verifica-se que aproximadamente 66% desse movimento foi observado nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA); no Paraná, aproximadamente 49% nos que compõem a Região Metropolitana de Curitiba (RMC); e em Santa Catarina o movimento observado nos municípios da Região Metropolitana de Florianópolis (RMF) foi de apenas 34% do total do Estado (tabela 2).

TABELA 2 - NÚMERO E PROPORÇÃO DE PESSOAS QUE TRABALHAM E/OU ESTUDAM EM MUNICÍPIO QUE NÃO O DE RESIDÊNCIA - 2000

ESTADO/RM	PESSOAS QUE TRABALHAM OU ESTUDAM					
	Total		No Município de Residência		Em Outro Município ou País Estrangeiro	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Paraná	6.382.451	100,00	5.947.142	100,00	435.309	100,00
RM Curitiba	1.837.923	28,80	1.625.472	27,33	212.451	48,80
Santa Catarina	3.722.429	100,00	3.459.320	100,00	263.109	100,00
RM Florianópolis	570.979	15,34	480.878	13,90	90.101	34,24
Rio Grande do Sul	6.818.369	100,00	6.275.613	100,00	542.756	100,00
RM Porto Alegre	2.394.484	35,12	2.038.021	32,48	356.463	65,68

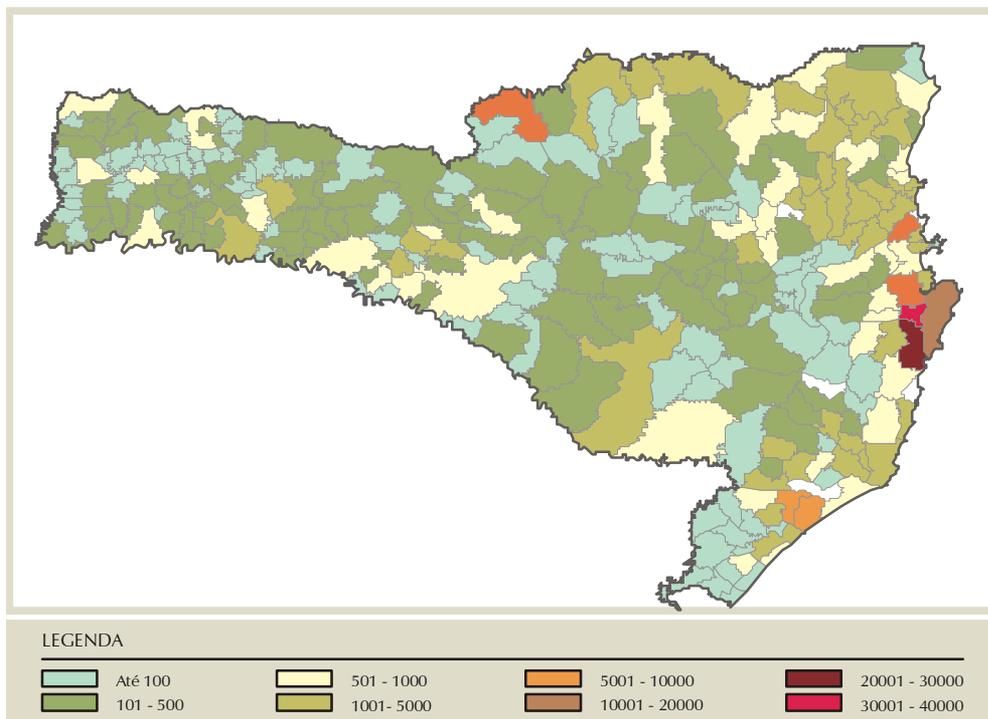
FONTES: IBGE - Censo Demográfico, 2000

No entanto, quando se toma toda a faixa litorânea de Santa Catarina, ou próximo dela, onde estão localizadas as regiões metropolitanas criadas após 1988, por legislação estadual, verifica-se forte concentração desses movimentos naqueles espaços, em que pese maior destaque para a RM de Florianópolis.

As figuras 1 e 2 mostram a espacialização dos volumes envolvidos nos movimentos de entrada e saída, revelando claramente a concentração dos mesmos nos municípios das seis RMs catarinenses.

Quase um terço dos municípios do Estado compõe as seis RMS instituídas por legislação estadual⁷, as quais detinham, em 2000, pouco mais de 62% da população estadual (3,3 milhões). Em relação aos fluxos para trabalho e/ou estudo, esses municípios são responsáveis por 76,3% dos fluxos totais de saída e 80,9% dos fluxos totais de entrada. Já, considerando somente os movimentos intraestaduais, esses municípios concentram 80,25% e 83,01% nos fluxos de saída e entrada respectivamente, conforme mostra a tabela 3. Esses dados reforçam o caráter disperso da distribuição populacional quando comparado aos demais estados da Região Sul, ao mesmo tempo em que se concentram nas várias unidades metropolitanas, todas localizadas na porção leste do território catarinense.

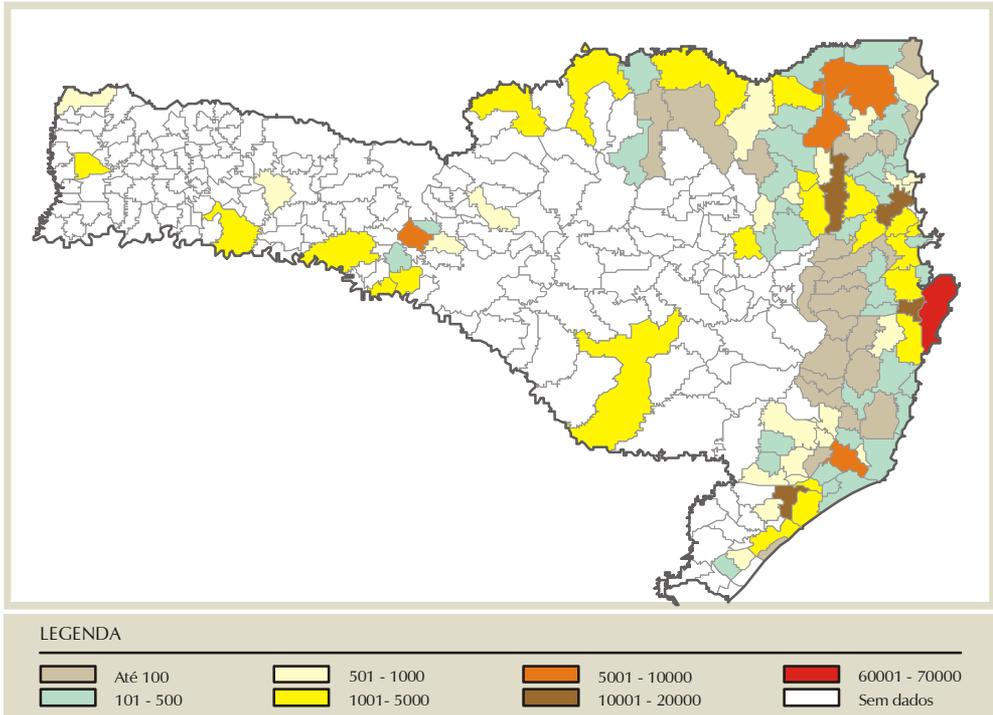
FIGURA 1 - MOVIMENTO PENDULAR DE SAÍDA - SANTA CATARINA - 2000



FONTE: CENSO 2000 (IBGE) - Observatório das Metrôpoles

⁷ A relação dos municípios que compõem cada unidade encontra-se no Anexo deste artigo.

FIGURA 2 - MOVIMENTO PENDULAR DE ENTRADA - SANTA CATARINA - 2000



FONTE: CENSO 2000 (IBGE) - Observatório das Metrôpoles

TABELA 3 - TOTAL DE PESSOAS RESIDENTES NAS REGIÕES METROPOLITANAS E QUE REALIZAM MOVIMENTO PENDULAR PARA TRABALHO E/OU ESTUDO - SANTA CATARINA - 2000

REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL DE PESSOAS			
	Fluxo Total		Fluxo Intraestadual	
	Saída	Entrada	Saída	Entrada
Carbonífera	20.492	18.818	19.014	18.539
Florianópolis	90.012	93.032	84.701	89.905
Foz do Itajaí	27.495	27.145	24.718	25.570
Norte/Nordeste Catarinense	24.735	23.168	19.402	18.935
Tubarão	16.557	13.662	15.058	13.362
Vale do Itajaí	21.117	22.956	19.129	21.970
Total RMs	200.407	198.780	182.021	188.281
Total SC	262.659	245.706	226.816	226.816
RMs/SC (%)	76,30	80,90	80,25	83,01

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 2000 (arquivo de microdados)

3 MOVIMENTO PENDULAR EM SANTA CATARINA E AS MUDANÇAS OCORRIDAS ENTRE 1980 E 2000

Em 1980, o Estado de Santa Catarina era dividido em 197 municípios, com população total de 3.627.933 habitantes. Naquele ano, o movimento de pessoas para trabalho e/ou estudo em outro município catarinense que não o de residência envolveu quase 85 mil pessoas, ou 2,33% da população total do Estado. O destino principal dessas pessoas era Florianópolis, para onde se deslocavam 36,28% delas, seguido de Blumenau, com 10,11%. Outros três municípios também se destacavam como destino de pessoas para trabalho e/ou estudo, porém com proporções bem menores: Criciúma (5,79%), Itajaí (4,52%) e Joinville (3,03%). Esses cinco municípios juntos eram destino de 50,6 mil pessoas, quase 60% do movimento intraestadual. Além desses, mais oito municípios se destacaram como destino de mais mil pessoas (quadro 1).

QUADRO 1 - MUNICÍPIOS COM MAIORES FLUXOS PENDULARES INTRAESTADUAIS DE DESTINO E DE ORIGEM - SANTA CATARINA - 1980

MUNICÍPIO DE DESTINO	PESSOAS ENVOLVIDAS	% SOBRE O TOTAL	MUNICÍPIO DE ORIGEM	PESSOAS ENVOLVIDAS	% SOBRE O TOTAL
Florianópolis	30.762	36,28	São José	17.413	20,53
Blumenau	8.576	10,11	Palhoça	6.640	7,83
Criciúma	4.913	5,79	Gaspar	3.473	4,10
Itajaí	3.833	4,52	Biguaçu	2.762	3,26
Joinville	2.566	3,03	Herval d'Oeste	2.239	2,64
São José	2.403	2,83	Içara	2.113	2,49
Joaçaba	2.383	2,81	Camboriú	1.931	2,28
Balneário de Camboriú	1.960	2,31	Indaial	1.652	1,95
Brusque	1.811	2,14	Balneário de Camboriú	1.569	1,85
Jaraguá do Sul	1.789	2,11	Navegantes	1.517	1,79
Tubarão	1.735	2,05	Tubarão	1.495	1,76
Timbó	1.128	1,33	Siderópolis	1.474	1,74
Urussanga	1.128	1,33	Guabiruba	1.262	1,49
			Florianópolis	1.250	1,47
			Itajaí	1.218	1,44
			Criciúma	1.054	1,24

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1980 (arquivo de microdados)

Para os fluxos de saída (origem) em 1980 apenas 16 municípios apresentaram fluxo superior a 1.000 pessoas para estudo e/ou trabalho em outro município, e todos faziam parte de aglomerações urbanas. Os dois maiores se encontravam na Região Metropolitana de Florianópolis, São José, com 17.413 pessoas, e Palhoça, com 6.640 pessoas. Gaspar, na aglomeração de Blumenau, aparecia em terceiro lugar, com 3.473 de seus residentes realizando movimento pendular.

A grande maioria do movimento pendular ocorrido no Estado em 1980 envolvia algum município das regiões metropolitanas: eram destino de 71,2 mil pessoas (84,41%) e origem de outras 73,4 mil (86,61%). No entanto, a região de Florianópolis

se apresentava com praticamente a metade do movimento, ou seja, 35,5 mil pessoas saíam de algum município da região e 33,4 mil entravam (tabela 4).

TABELA 4 - TOTAL DE PESSOAS RESIDENTES NAS REGIÕES METROPOLITANAS QUE REALIZAM MOVIMENTO PENDULAR PARA TRABALHO E/OU ESTUDO - SANTA CATARINA - 1980

REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL DE PESSOAS						
	Fluxo Intraestadual				Fluxo Intrametropolitano		
	Saída	%	Entrada	%	Total	% Saída	% Entrada
Carbonífera	6.773	7,99	6.890	8,16	5.361	79,15	77,81
Florianópolis	35.516	41,88	33.387	39,54	30.530	85,96	91,44
Foz do Itajaí	6.898	8,13	7.196	8,52	5.220	75,67	72,54
Norte/Nordeste Catarinense	6.398	7,54	5.829	6,90	4.614	72,12	79,16
Tubarão	3.569	4,21	5.868	6,95	2.604	72,96	44,38
Vale do Itajaí	14.290	16,85	12.100	14,33	10.880	76,14	89,92
Total RMs	73.444	86,61	71.270	84,41	59.209	80,62	83,08
Total SC	84.798	100,00	84.798	100,00	84.798		
(%) RMs/SC	86,61		84,05		69,82		
(%) RMF/SC	41,88		39,37		36,00		

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 2000 (arquivo de microdados)

A quase totalidade desse movimento se dava internamente a cada região, mais de 80% do movimento era intrametropolitano, ou 80,62% dos fluxos de saída e 83,08% dos fluxos de entrada, envolvendo 59,2 mil pessoas. Em outras palavras, 69,8% do fluxo intraestadual se limitava a fluxos no interior das principais aglomerações urbanas do Estado, sendo que no interior da maior delas, Florianópolis, foi registrado 36% do movimento intraestadual. A exceção se encontra na região de Tubarão, em que os fluxos mais importantes de entrada vêm de fora da região.

Para 2000, Santa Catarina contava com 293 municípios, com total de 5.357.864 habitantes, sendo que, deste total, 226.816 buscavam trabalho e/ou estudo em município catarinense, diferente daquele de residência, ou seja, 4,23% dos catarinenses realizavam movimento pendular em 2000. Isto indica um aumento considerável de pessoas envolvidas nesse fenômeno nos 20 anos que separam os dados, tanto em volume como em proporção relativa aos residentes no Estado. A par desse aumento, cabe indagar se houve uma concentração desse movimento nos maiores aglomerados urbanos ou se houve desconcentração para outros espaços.

Segundo os dados apresentados na tabela 5, as unidades metropolitanas eram responsáveis por 80,25% do total de fluxos intraestaduais de saída e por 83,01% dos fluxos de entrada, em 2000, apresentando, portanto, pequena desconcentração dos fluxos para outros espaços quando comparados aos dados de 1980, em que pese, ainda, se constituírem em espaços hegemônicos quanto a esse tipo de deslocamento. São mais de 180 mil pessoas que entram e saem de algum município metropolitano, e a grande maioria desse movimento se dá entre os próprios municípios de cada região.

TABELA 5 - TOTAL DE PESSOAS RESIDENTES NAS REGIÕES METROPOLITANAS E QUE REALIZAM MOVIMENTO PENDULAR PARA TRABALHO E/OU ESTUDO - SANTA CATARINA - 2000

REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL DE PESSOAS						
	Fluxo Intraestadual				Fluxo Intrametropolitano		
	Saída	%	Entrada	%	Total	% Saída	% Entrada
Carbonífera	19.014	10,45	18.539	9,85	15.746	82,81	84,93
Florianópolis	84.701	46,53	89.905	47,75	80.880	95,49	89,96
Foz do Itajaí	24.718	13,58	25.570	13,58	20.643	83,51	80,73
Norte/Nordeste Catarinense	19.402	10,66	18.935	10,06	16.485	84,97	87,06
Tubarão	15.058	8,27	13.362	7,10	10.696	71,03	80,05
Vale do Itajaí	19.129	10,51	21.970	11,67	16.452	86,01	74,88
Total RMs	182.021	100,00	188.281	100,00	160.902	88,40	85,46
Total SC	226.816		226.816		226.816		
(%) RMs/SC	80,25		83,01		70,94		
(%) RMF/SC	37,34		39,64		35,66		

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 2000 (arquivo de microdados)

Ao se tomar somente os fluxos intrametropolitanos, percebe-se que houve um maior adensamento dos mesmos, correspondendo a 88,40% dos fluxos intraestaduais de saída e a 85,46% dos fluxos de entrada, envolvendo 160,9 mil pessoas, praticamente três vezes mais do observado em 1980. Isso implica que 70,94% do fluxo intraestadual se relacionava a fluxos no interior das principais aglomerações urbanas do Estado, proporção ligeiramente superior à observada em 1980. A movimentação pendular na RM de Florianópolis permaneceu representando 36% do movimento intraestadual. A diferença mais marcante reside no fato de que, na região de Tubarão, os fluxos mais importantes de entrada vêm da região, ao contrário de 1980, quando vinham de municípios de fora da região. Esse processo indica que esse aglomerado passa a se consolidar como um aglomerado com fluxos internos importantes.

Verifica-se também um aumento significativo no número de municípios com fluxos acima de 1.000 pessoas, tanto de entrada (destino) como de saída (origem). O número de municípios que recebem fluxos acima de 1.000 pessoas passou de 13 para 30, e os 11 primeiros, à exceção de Timbó, que ficou mais abaixo na classificação, e Urussanga, que deixou de fazer parte desse grupo, tiveram um incremento de 142,50% no número de pessoas envolvidas, ou seja, juntos passaram a receber 152,1 mil pessoas em 2000, contra as 62,7 mil em 1980. Quanto aos municípios que enviavam fluxo acima de 1.000 pessoas, passaram de um total de 16 para 45, sendo que, à exceção de Guabiruba, Siderópolis e Tubarão, os demais passaram a enviar 156,75% a mais do que em 1980, ou seja, no conjunto esses fluxos somavam, em 1980, 44,8 mil pessoas e passaram a enviar 70,3 mil em 2000 (quadro 2).

QUADRO 2 - MUNICÍPIOS COM MAIORES FLUXOS PENDULARES INTRAESTADUAIS DE DESTINO E DE ORIGEM - SANTA CATARINA - 2000

MUNICÍPIO DE DESTINO	PESSOAS ENVOLVIDAS	% SOBRE O TOTAL	MUNICÍPIO DE ORIGEM	PESSOAS ENVOLVIDAS	% SOBRE O TOTAL
Florianópolis	64.112	28,27	São José	37.325	16,46
São José	15.970	7,04	Palhoça	20.086	8,86
Itajaí	11.167	4,92	Biguaçu	8.756	3,86
Criciúma	10.914	4,81	Florianópolis	8.007	3,53
Blumenau	10.586	4,67	Camboriú	7.900	3,48
Balneário Camboriú	9.221	4,07	Criciúma	5.246	2,31
Tubarão	7.933	3,5	Balneário Camboriú	5.244	2,31
Joinville	7.425	3,27	Içara	5.123	2,26
Jaraguá do Sul	6.128	2,7	Araquari	4.804	2,12
Joaçaba	5.189	2,29	Herval d'Oeste	4.242	1,87
Brusque	3.481	1,53	Navegantes	4.019	1,77
Palhoça	3.430	1,51	Gaspar	3.681	1,62
Rio do Sul	2.771	1,22	Capivari de Baixo	3.649	1,61
Biguaçu	2.294	1,01	Guaramirim	3.102	1,37
Chapecó	2.197	0,97	Itajaí	2.849	1,26
Timbó	1.948	0,86	Indaial	2.628	1,16
Gaspar	1.802	0,79	Laguna	2.551	1,12
Araranguá	1.703	0,75	Blumenau	2.431	1,07
Lages	1.616	0,71	Lages	2.414	1,06
Capinzal	1.539	0,68	Forquilha	2.293	1,01
Canoinhas	1.514	0,67	Joinville	2.255	0,99
Içara	1.455	0,64	Santo Amaro da Imperatriz	2.100	0,93
Tijucas	1.410	0,62	Governador Celso Ramos	1.801	0,79
São Bento do Sul	1.362	0,6	Imbituba	1.760	0,78
Nova Veneza	1.259	0,55	Guabiruba	1.689	0,74
Morro da Fumaça	1.147	0,51	Jaraguá do Sul	1.506	0,66
São Miguel do Oeste	1.097	0,48	Schroeder	1.460	0,64
Itapema	1.066	0,47	Timbó	1.418	0,63
Indaial	1.062	0,47	Pomerode	1.403	0,62
Camboriú	1.053	0,46	Cocal do Sul	1.309	0,58
			Urussanga	1.288	0,57
			Siderópolis	1.272	0,56
			Porto Belo	1.271	0,56
			Brusque	1.260	0,56
			Joaçaba	1.248	0,55
			Penha	1.236	0,54
			Tubarão	1.227	0,54
			Ilhota	1.222	0,54
			Três Barras	1.173	0,52
			Itapema	1.159	0,51
			Ouro	1.156	0,51
			Araranguá	1.142	0,5
			Rodeio	1.135	0,5
			Gravatal	1.135	0,5
			Lauro Muller	1.039	0,46

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 2000 (arquivo de microdados)

Como visto nas figuras 1 e 2, a maioria dos municípios envolvidos com grandes fluxos, tanto de recepção quanto de expulsão, se encontra nas grandes aglomerações urbanas, localizadas a leste do Estado. Visualiza-se de uma longa faixa contínua litorânea que percorre todo o Estado, tendo como principal eixo de acesso a BR 101.

3.1 MOVIMENTO PENDULAR SOMENTE PARA TRABALHO

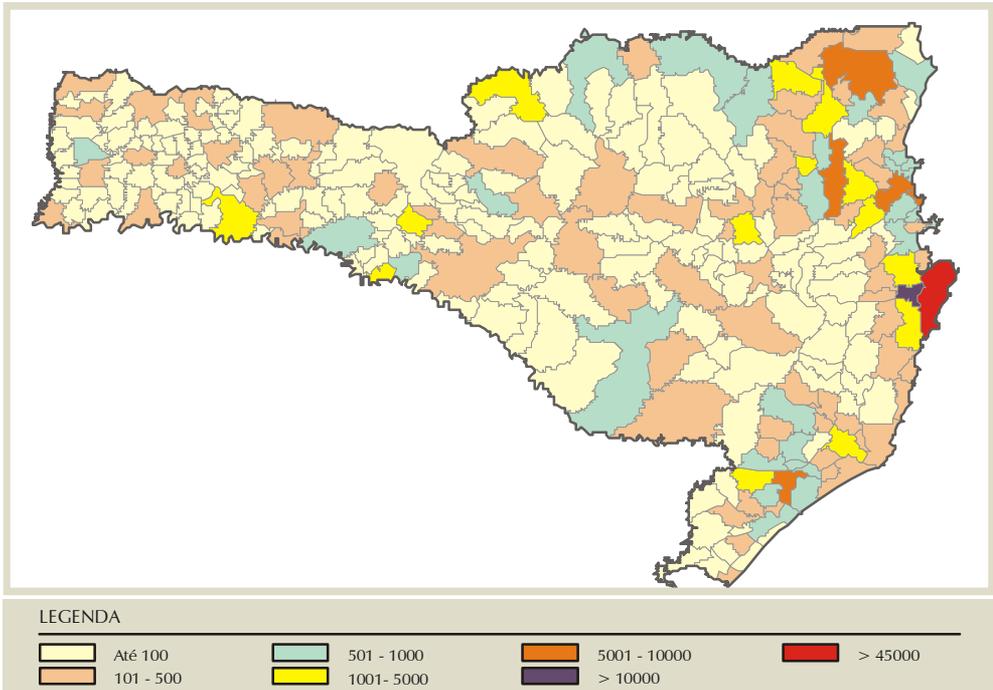
Quanto ao tipo de movimento em 2000, verifica-se que em Santa Catarina, do total de 226.816 pessoas que se deslocavam internamente para trabalho e/ou estudo, com destino identificado, 151,9 mil pessoas, ou 67,00%, faziam-no somente por motivo de trabalho⁸ e, destes deslocamentos, apenas 38,3% (58,2 mil) são deslocamentos, internos à região metropolitana de Florianópolis (RMF). Este é um quadro bastante diferente do observado para o Paraná, em que os movimentos internos de pessoas que buscam trabalho e/ou estudo em outro município paranaense, que não o de residência, num montante de 359.407 pessoas, 72,10% (259,2 mil) se deslocam somente para trabalho, sendo que quase 60% deste movimento se dá entre os municípios da RMC, num total de 151,4 mil pessoas. Neste sentido, pode-se afirmar que a RMC, no Paraná, constitui um dos maiores polos empregadores do Estado, enquanto em Santa Catarina, confirmando a análise realizada sobre a distribuição do PIB, existem outros polos igualmente importantes quanto à geração de empregos (figuras 3 e 4).

Nos fluxos de entrada, destacam-se alguns municípios. Florianópolis, capital do Estado, exerce forte poder de atração em relação a trabalho, recebendo 45,2 mil pessoas para essa finalidade, especialmente no setor serviços, responsável por mais de 50% do PIB municipal, já que o município não tem vocação industrial. Com o mesmo perfil têm-se São José, que recebe para trabalho 11,6 mil pessoas, Balneário Camboriú, 7,3 mil pessoas, e Itajaí, 6,5 mil pessoas. Em Florianópolis e São José o setor serviços está mais voltado à administração pública, enquanto em Balneário Camboriú predominam as atividades turísticas e, em Itajaí, as atividades portuárias. Outros municípios com forte vocação industrial, como Criciúma, Blumenau, Tubarão, Jaraguá do Sul e Joinville, recebem fluxos de pessoas para trabalho da ordem de 4 mil e 7 mil pessoas.

Com relação aos movimentos de saída, ressaltam-se aqueles municípios do entorno dos principais polos econômicos. Nas primeiras posições encontram-se três municípios do entorno de Florianópolis: São José, de onde partem 25,5 mil pessoas, Palhoça, com 16,6 mil, e Biguaçu, com 6,7 mil. Além desses, destacam-se também, como municípios que fornecem volumes elevados de mão de obra para outros municípios: Camboriú (6.641), Florianópolis (4.055), Içara (3.524), Criciúma (3.456), Araquari (3.132) e Navegantes (3.034).

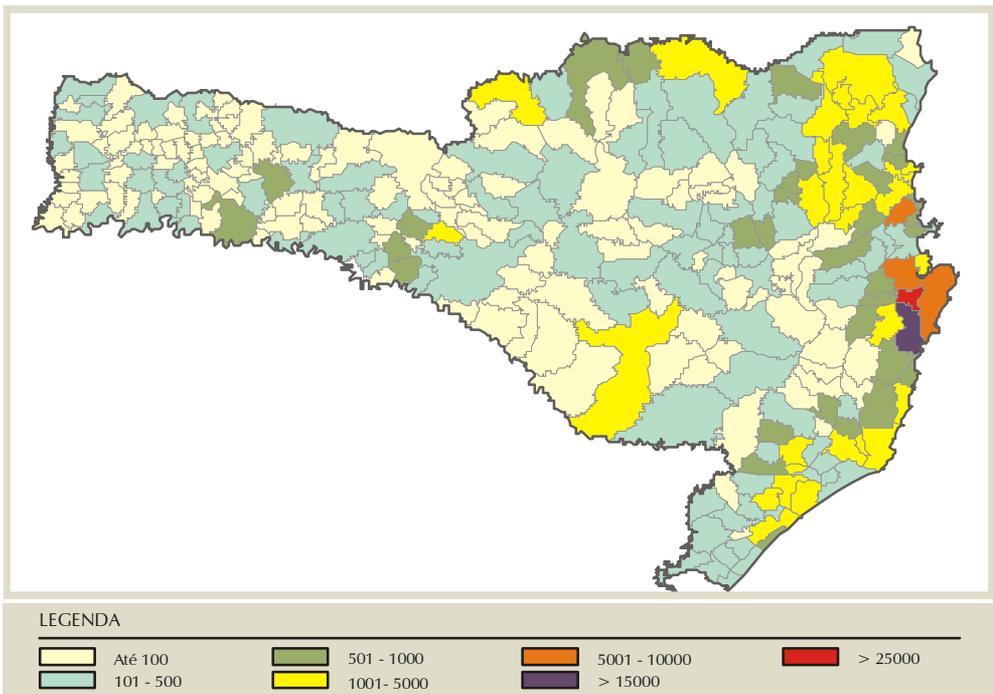
⁸ As demais pessoas envolvidas realizam movimento só para estudo, ou para trabalho e/ou estudo, sendo que neste último caso não se pode determinar se o movimento é feito por um ou outro motivo, ou ainda para ambos, ficando, portanto, fora deste estudo.

FIGURA 3 - MOVIMENTO PENDULAR DE ENTRADA SOMENTE PARA TRABALHO - SANTA CATARINA - 2000



FONTE: CENSO 2000 (IBGE) - Observatório das Metrôpoles

FIGURA 4 - MOVIMENTO PENDULAR DE SAÍDA SOMENTE PARA TRABALHO - SANTA CATARINA - 2000



FONTE: CENSO 2000 (IBGE) - Observatório das Metrôpoles

Os municípios com os mais importantes volumes de entrada e de saída de pessoas para trabalho encontram-se no quadro 3.

QUADRO 3 - MUNICÍPIOS COM MAIORES FLUXOS PENDULARES INTRAESTADUAIS DE DESTINO E DE ORIGEM SOMENTE PARA TRABALHO - SANTA CATARINA - 2000

DESTINO		ORIGEM	
Município	Pessoas	Município	Pessoas
Florianópolis	45.229	São José	25.536
São José	11.571	Palhoça	16.651
Balneário Camboriú	7.315	Biguaçu	6.731
Criciúma	6.889	Camboriú	6.641
Blumenau	6.812	Florianópolis	4.055
Itajaí	6.528	Içara	3.524
Tubarão	4.622	Criciúma	3.456
Jaraguá do Sul	4.505	Araquari	3.132
Joinville	4.447	Navegantes	3.034
Joaçaba	2.878	Balneário Camboriú	2.891
Brusque	2.807	Capivari de Baixo	2.739
Palhoça	1.848	Herval d'Oeste	2.612
Rio do Sul	1.830	Gaspar	2.530
Gaspar	1.489	Itajaí	2.416
Timbó	1.424	Guaramirim	2.158
		Indaial	2.005
		Blumenau	1.799
		Laguna	1.737
		Santo Amaro da Imperatriz	1.689
		Forquilha	1.666
		Governador Celso Ramos	1.380
		Joinville	1.338
		Guabiruba	1.282
		Lages	1.249
		Schroeder	1.155
		Imbituba	1.017

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 2000 (arquivo de microdados)

3.1.1 Grau de Atração e Repulsão

Outra forma de analisar os dados sobre movimento pendular é verificar, independentemente do volume envolvido, os impactos desses fluxos sobre o total da população que trabalha em cada município, medidos sob a forma de taxas de atração e repulsão. Para medir o quanto cada município representa território de atração e repulsão da população empregada foi calculada a razão entre as entradas e saídas somente para trabalho⁹ sobre a população residente ocupada (quadro 4).

⁹ Foram retiradas desse cálculo aquelas pessoas que realizavam movimento pendular somente para estudo e aquelas que buscavam estudo e/ou trabalho. Estes últimos não foram computados, pois, exercendo as duas atividades, não se sabe se a saída era para uma ou outra atividade, ou ainda se para ambas.

QUADRO 4 - MUNICÍPIOS COM MAIORES TAXAS DE ATRAÇÃO E DE REPULSÃO, EM RELAÇÃO A MOVIMENTOS PENDULARES INTRAESTADUAIS SOMENTE PARA TRABALHO - SANTA CATARINA - 2000

MUNICÍPIO	TAXA DE ATRAÇÃO	MUNICÍPIO	TAXA DE REPULSÃO
Florianópolis	35,73	Capivari de Baixo	45,57
Joaçaba	30,85	Palhoça	44,96
Balneário Camboriú	25,21	Camboriú	43,78
Piratuba	24,91	Araquari	43,46
Treviso	24,53	Biguaçu	39,53
Nova Veneza	20,78	São Pedro de Alcântara	38,88
Vargem Bonita	17,84	São José	38,51
São José	17,45	Herval d'Oeste	35,99
Morro da Fumaça	14,42	Governador Celso Ramos	34,00
Siderópolis	14,26	Santo Amaro da Imperatriz	33,35
Bombinhas	14,15	Zortéa	30,96
Cocal do Sul	13,98	Paulo Lopes	27,35
Tubarão	13,89	Balneário Arroio do Silva	26,75
Painel	13,53	Águas Mornas	26,53
Palmeira	12,68	Schroeder	25,41
Itajaí	12,08	Forquilha	24,72
Criciúma	11,33	Guaramirim	23,22
Capinzal	11,30	Navegantes	23,13
Timbó	11,23	Guabiruba	22,96
Tijucas	10,95	Ilhota	22,73
Forquilha	10,66	Içara	20,60
São Ludgero	10,40	Lauro Muller	19,26
Jaraguá do Sul	10,14	Cocal do Sul	18,89
		Ouro	18,51
		Lontras	18,35
		Gravatal	17,76
		Siderópolis	17,24
		Luzerna	16,77
		Antônio Carlos	15,87
		Porto Belo	15,58
		Ipira	15,49
		Nova Trento	15,45
		Rodeio	15,31

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 2000 (arquivo de microdados)

Geralmente os municípios que apresentam altas taxas de atração são aqueles que sofrem pressão sobre as estruturas econômicas e de serviços, e os que apresentam altas taxas de repulsão sofrem pressão na esfera social, sinalizando com função de municípios-dormitórios. Sob esse ângulo foram identificados 23 municípios que têm acrescida sua população que trabalha numa proporção que ultrapassa 10% do seu total. Entre eles está Florianópolis, cuja taxa de atração é de mais de 35%, ou seja, a capital do Estado recebe para trabalho o equivalente a 35,73% da sua população ocupada. O município de Joaçaba, no oeste catarinense, é o segundo com a maior taxa de atração, recebendo um fluxo equivalente a 30,85% de sua população ocupada.

Destaca-se ainda Balneário Camboriú, que recebe pessoas de outros municípios em busca de trabalho num volume equivalente a mais de 25% de sua população ocupada que só trabalha. Outros três municípios do centro-sul catarinense, Piratuba, Treviso e Nova Veneza, se destacam com taxas entre 20% e 25%. No entanto, convém ressaltar que estes são municípios pequenos, com população reduzida, tornando-se importante, para eles, o impacto no que diz respeito à mão de obra vinda de outros municípios. Também, observa-se que em mais 17 municípios esse fenômeno é bastante representativo, cujas taxas ultrapassam 10%, destacando-se, entre eles, municípios de médio porte, como São José, Itajaí e Criciúma, mas a grande maioria é composta de municípios menores.

Esses municípios que atraem mão de obra configuram alguns eixos de emprego dentro do Estado: a) municípios da faixa litorânea nas aglomerações urbanas da porção leste em direção ao norte do Estado, ou seja, de Florianópolis a Jaraguá do Sul, passando por São José, Tijucas, Bombinhas, Balneário Camboriú, Itajaí, Timbó e Jaraguá do Sul; b) ao Sul, nas aglomerações de Tubarão e Criciúma, que, além destes dois polos, abrange ainda Morro da Fumaça, Cocal do Sul, Forquilha, Nova Veneza, Siderópolis e Treviso; c) na porção centro-sul, em direção ao oeste, os municípios de Paineira, Palmeira, Piratuba, Capinzal, Joaçaba e Vargem Bonita.

Por outro lado, outros 33 municípios sobressaem por apresentarem as maiores proporções de saídas em relação ao total das pessoas ocupadas e que trabalham, todos com taxas de repulsão acima de 15%, destacando-se os municípios Capivari de Baixo, Palhoça, Camboriú e Araquari, dos quais sai mais de 40% da sua população trabalhadora para exercer suas atividades em outro município. De Biguaçu, São Pedro de Alcântara, São José, Herval d'Oeste, Governador Celso Ramos, Santo Amaro da Imperatriz e Zortéa sai para trabalhar em outros municípios entre 30% e 40% da sua população ocupada e que trabalha.

A grande maioria dos municípios com altas taxas de repulsão forma arcos no entorno de municípios-polos, o que significa que possuem funções semelhantes, encaixando-se, em geral, na categoria de municípios-dormitórios: no entorno de Florianópolis têm-se Palhoça, São José, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Governador Celso Ramos, Antônio Carlos, São Pedro de Alcântara, Águas Mornas, Paulo Lopes e Nova Trento; em torno de Joinville encontram-se Araquari, Guaramirim e Schroeder; no entorno de Itajaí e Balneário Camboriú destacam-se Navegantes, Ilhota, Camboriú e Porto Belo; de Tubarão têm-se Capivari de Baixo e Gravatal; no entorno de Criciúma destacam-se Lauro Muller, Siderópolis, Cocal do Sul, Içara, Forquilha e Balneário Arroio do Silva; próximo a Blumenau aparecem Guabiruba, Lontras e Rodeio. Também no oeste do Estado, no entorno de Joaçaba, destacam-se Luzerna, Herval d'oeste, Zortea, Ipira e Ouro.

A leitura conjunta desses dois indicadores, independentemente dos volumes envolvidos, permitiu identificar seis grupos distintos de municípios (quadro 5).

QUADRO 5 - TIPOLOGIA DE MUNICÍPIOS CONSIDERANDO AS TAXAS DE ATRAÇÃO E REPULSÃO EM RELAÇÃO A MOVIMENTOS PENDULARES INTRAESTADUAIS SOMENTE PARA TRABALHO - SANTA CATARINA

TIPOS	MUNICÍPIOS
1) Municípios que tinham, ao mesmo tempo, elevadas taxas de atração e de repulsão, indicando elevado movimento de população empregada.	Cocal do Sul, Forquilha, São José, Siderópolis, Balneário Camboriú, Palmeira e Treviso
2) Municípios com elevadas taxas de atração e baixas taxas de repulsão, ou seja, conseguiam reter a sua população empregada e ao mesmo tempo atrair população de fora.	Florianópolis, Joaçaba, Piratuba, Nova Veneza, Vargem Bonita, Morro da Fumaça, Bombinhas, Tubarão, Paineira, Itajaí, Criciúma, Capinzal, Timbó, Tijucas, São Ludgero e Jaraguá do Sul
3) Municípios com elevadas taxas de repulsão e baixas taxas de atração, ou seja, não possuem uma dinâmica econômica satisfatória para atender sua demanda por emprego.	Capivari de Baixo, Palhoça, Camboriú, Araquari, Biguaçu, São Pedro de Alcântara, Herval d'Oeste, Governador Celso Ramos, Santo Amaro da Imperatriz, Zortéa, Paulo Lopes, Balneário Arroio do Silva, Águas Mornas, Schroeder, Guaramirim, Navegantes, Guabiruba, Ilhota, Içara, Lauro Muller, Ouro, Lontras, Gravatal, Luzerna, Antônio Carlos, Porto Belo, Ipira, Nova Trento, Rodeio, Balneário Gaivota, Três Barras, Pedras Grandes, Imaruí, Massaranduba, Laguna, Indaial, Canelinha, Benedito Novo, Major Gercino e Rio dos Cedros
4) Municípios com taxas médias de atração e baixas taxas de repulsão.	Macieira, Rio do Sul, Orleans e Brusque
5) Municípios com taxas médias de repulsão e baixas taxas de atração.	Ascurra, Penha, Piçarras, Gaspar, Urussanga, Angelina, Garopaba, Laurentino, Aurora, Pomerode, Agronômica, Arabutã, Irani, Imbituba, Barra Velha, Santa Rosa do Sul, Corupá, Campo Alegre, Ermo, Jaguaruna, Ponte Alta
6) Municípios com baixas taxas de atração e de repulsão, com pouca integração a outros municípios economicamente mais dinâmicos.	Demais 205 municípios do Estado

FONTES: Censo Demográfico 2000 e quadro 4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na comparação da distribuição espacial dos volumes de pessoas envolvidas em movimentos pendulares para trabalho e/ou estudo nos três estados da Região Sul do País – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, verificou-se comportamento relativamente distinto em Santa Catarina. A despeito de este Estado estar submetido às mesmas lógicas de mobilidade dos demais, observou-se, neste, uma melhor distribuição dos fluxos no espaço em função da organização da rede urbana, muito menos concentrada que nos outros dois estados do Sul.

Nessa distribuição, a RM de Florianópolis é a que mais se aproxima do padrão concentrador dos fluxos pendulares tanto da RM de Curitiba, no Paraná, como na RM de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Das demais RMs de Santa Catarina, a de Criciúma, desde os anos 1980, manifesta as características de aglomerado, apresentando fluxos entre o polo e muitos dos municípios do seu entorno, já se configurando como

uma aglomeração de amplitude razoável. Tubarão, durante o período estudado, muda seu padrão de atração (antes distribuído) para um padrão típico dos aglomerados, com fluxos desenvolvidos sobremaneira entre o polo e municípios do seu entorno. A RM Foz do Itajaí apresenta condição particular, em que dois municípios, Itajaí e Balneário Camboriú, exercem forte atração de pessoas para trabalho e/ou estudo, podendo se caracterizar como dois polos dentro de um mesmo aglomerado.

Em que pesem os maiores fluxos ocorrerem nas RMs, todas localizadas na porção leste do Estado, particularmente na faixa litorânea, verificou-se também, na região oeste do Estado, um espaço concentrador de fluxos pendulares polarizado pelo município de Joaçaba.

REFERÊNCIAS

CASTELLO BRANCO, M. L. G. **Espaços urbanos**: uma proposta para o Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

DESCHAMPS, M.; DELGADO, P.; CINTRA, A.; MOURA, R. **Quantificação e mapeamento dos movimentos pendulares dos municípios do Estado do Paraná - 2000**. Curitiba: IPARDES, 2008. (Primeira Versão, n.8) Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/primeira_versao_pendulares.pdf>.

IBGE. **Censo demográfico 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

IBGE. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Movimentos pendulares e organização do território metropolitano**: área metropolitana de Lisboa e área metropolitana do Porto: 1991/2001. Lisboa: INE, 2003.

MOURA, R; SANTOS, G. A. Semelhanças e diferenças no processo de urbanização do sul do Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 10., 2007, Florianópolis. **Trajetórias da Geografia Urbana no Brasil**: tradições e perspectivas. Florianópolis: UFSC, 2007. 1 CD-ROM.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias**: relatório da atividade 1. Brasília, 2005. Projeto Análise das regiões metropolitanas do Brasil. Convênio Ministério das Cidades, Observatório das Metrópoles, FASE, IPARDES. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrosoles.ufjf.br/produtos/produto_mc_1.pdf>.

SANTOS, G. Notas sobre as novas dinâmicas populacionais em Santa Catarina: fluxos pendulares e movimentos migratórios internacionais. In: SEMINÁRIO Desigualdades socioespaciais: urbanização, movimentos populacionais e desenvolvimento territorial, 1., 2008, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: Laboratório de Estudos Territoriais - Leste, Departamento de Geografia - IGC/UFMG, 2008. 1 CD-ROM.

ANEXO

REGIÕES METROPOLITANAS, MUNICÍPIOS INTEGRANTES E NÚMERO DE PESSOAS QUE REALIZAM MOVIMENTO PENDULAR INTRAESTADUAL PARA TRABALHO E/OU ESTUDO - SANTA CATARINA - 2000

continua

REGIÃO METROPOLITANA	MUNICÍPIO	PESSOAS QUE REALIZAM MOVIMENTO PENDULAR	
		Saída	Entrada
Carbonífera	Cocal do Sul	1.309	858
Carbonífera	Criciúma	5.246	10.914
Carbonífera	Forquilha	2.293	802
Carbonífera	Içara	5.123	1.455
Carbonífera	Lauro Muller	1.039	277
Carbonífera	Morro da Fumaça	403	1.147
Carbonífera	Nova Veneza	790	1.259
Carbonífera	Siderópolis	1.272	740
Carbonífera	Treviso	251	369
Carbonífera	Urussanga	1.288	719
Florianópolis	Águas Mornas	792	53
Florianópolis	Alfredo Wagner	45	63
Florianópolis	Angelina	330	11
Florianópolis	Anitápolis	85	50
Florianópolis	Antônio Carlos	604	371
Florianópolis	Biguaçu	8.756	2.294
Florianópolis	Canelinha	635	84
Florianópolis	Florianópolis	8.007	64.112
Florianópolis	Garopaba	709	291
Florianópolis	Governador Celso Ramos	1.801	150
Florianópolis	Leoberto Leal	4	20
Florianópolis	Major Gercino	167	17
Florianópolis	Nova Trento	918	67
Florianópolis	Palhoça	20.086	3.430
Florianópolis	Paulo Lopes	744	141
Florianópolis	Rancho Queimado	33	66
Florianópolis	Santo Amaro da Imperatriz	2.100	680
Florianópolis	São Bonifácio	92	55
Florianópolis	São João Batista	342	385
Florianópolis	São José	37.325	15.970
Florianópolis	São Pedro de Alcântara	707	184
Florianópolis	Tijucas	417	1.410
Foz do Itajaí	Balneário Camboriú	5.244	9.221
Foz do Itajaí	Bombinhas	381	522
Foz do Itajaí	Camboriú	7.900	1.053
Foz do Itajaí	Itajaí	2.849	11.167
Foz do Itajaí	Itapema	1.159	1.066
Foz do Itajaí	Navegantes	4.019	801
Foz do Itajaí	Penha	1.236	821
Foz do Itajaí	Piçarras	659	454
Foz do Itajaí	Porto Belo	1.271	465
Norte/Nordeste Catarinense	Araquari	4.804	262
Norte/Nordeste Catarinense	Balneário Barra do Sul	224	61
Norte/Nordeste Catarinense	Barra Velha	580	215
Norte/Nordeste Catarinense	Campo Alegre	610	196

REGIÃO METROPOLITANA	MUNICÍPIO	conclusão	
		PESSOAS QUE REALIZAM MOVIMENTO PENDULAR	
		Saída	Entrada
Norte/Nordeste Catarinense	Corupá	630	305
Norte/Nordeste Catarinense	Garuva	426	109
Norte/Nordeste Catarinense	Guaramirim	3.102	828
Norte/Nordeste Catarinense	Itaiópolis	151	44
Norte/Nordeste Catarinense	Itapoá	20	42
Norte/Nordeste Catarinense	Jaraguá do Sul	1.506	6.128
Norte/Nordeste Catarinense	Joinville	2.255	7.425
Norte/Nordeste Catarinense	Mafra	450	220
Norte/Nordeste Catarinense	Massaranduba	869	99
Norte/Nordeste Catarinense	Monte Castelo	169	144
Norte/Nordeste Catarinense	Papanduva	408	61
Norte/Nordeste Catarinense	Rio Negrinho	395	498
Norte/Nordeste Catarinense	São Bento do Sul	748	1.362
Norte/Nordeste Catarinense	São Francisco do Sul	467	471
Norte/Nordeste Catarinense	São João do Itaperiú	127	57
Norte/Nordeste Catarinense	Schroeder	1.460	407
Tubarão	Armazém	291	98
Tubarão	Braço do Norte	958	575
Tubarão	Capivari de Baixo	3.649	774
Tubarão	Grão Pará	174	269
Tubarão	Gravatal	1.135	210
Tubarão	Imaruí	714	95
Tubarão	Imbituba	1.760	484
Tubarão	Jaguaruna	703	266
Tubarão	Laguna	2.551	307
Tubarão	Orleans	406	904
Tubarão	Pedras Grandes	509	97
Tubarão	Rio Fortuna	163	91
Tubarão	Sangão	267	308
Tubarão	Santa Rosa de Lima	25	18
Tubarão	São Ludgero	66	600
Tubarão	São Martinho	28	114
Tubarão	Treze de Maio	435	222
Tubarão	Tubarão	1.227	7.933
Vale do Itajaí	Apiúna	260	247
Vale do Itajaí	Ascurra	531	342
Vale do Itajaí	Benedito Novo	623	254
Vale do Itajaí	Blumenau	2.431	10.586
Vale do Itajaí	Botuverá	44	61
Vale do Itajaí	Brusque	1.260	3.481
Vale do Itajaí	Doutor Pedrinho	158	84
Vale do Itajaí	Gaspar	3.681	1.802
Vale do Itajaí	Guabiruba	1.689	219
Vale do Itajaí	Ilhota	1.222	348
Vale do Itajaí	Indaial	2.628	1.062
Vale do Itajaí	Luiz Alves	165	185
Vale do Itajaí	Pomerode	1.403	626
Vale do Itajaí	Rio dos Cedros	480	242
Vale do Itajaí	Rodeio	1.135	484
Vale do Itajaí	Timbó	1.418	1.948

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 2000 (arquivo de microdados)